

# Estudo Técnico Preliminar 54/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: Processo nº 011553/2024

## 2. Descrição da necessidade

A partir da Lei nº 1.321, de 30 de maio de 2017, que institui o código municipal de meio ambiente, dispõe sobre a política de meio ambiente, sobre o sistema municipal de meio ambiente para o município de Presidente Kennedy e dá outras disposições, e suas demais alterações posteriores, a SEMMA/PK ficou responsável por Dispensar, Licenciar e Monitorar as atividades potencialmente poluidoras no território municipal.

Para desenvolver as atividades pertinentes à suas obrigações, a SEMMA/PK (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Presidente Kennedy-ES) necessita de um corpo técnico amplo e multidisciplinar. Pretendendo cumprir à essa demanda, nos últimos processos de contratação, via processo seletivo (005/2020, 001/2022 e 001/2023), foram somados 15 novos técnicos ativos no quadro pessoal da secretaria. Neste número excluem-se ainda os efetivos, comissionados e terceirizados.

A crescente demanda por serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente pode ser justificada devido ao crescimento populacional, à intensificação das atividades industriais e ao avanço de práticas públicas.

O imóvel onde sedia a SEMMA/PK, tem o funcionamento datado em meados de 2011 e, mesmo passando por pequenas reformas de rotina, se encontra em situação não adequada no que se trata de espaço físico disponível e boas condições de trabalho, por se tratar de uma construção obsoleta.

A construção de uma nova sede é necessária para acomodar o crescimento de atividades e garantir a eficácia na prestação de serviços, além de preservar o patrimônio público existente e ampliá-lo de forma a melhorar os serviços prestados às mais variadas demandas sociais.

Um projeto novo levará em consideração critérios de sustentabilidade ambiental, como eficiência energética, uso de materiais e práticas de construção sustentável. Tudo isso em consonância com regulamentações ambientais e urbanísticas, sendo um exemplo de liderança ambiental por parte da municipalidade.

Uma sede moderna e funcional pode contribuir para melhorar a imagem institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente perante a comunidade local e outras partes interessadas, buscando maior engajamento público e apoio para suas iniciativas ambientais.

Portanto, este ETP trata-se da necessidade de **contratação de empresa especializada para a construção da nova sede da Secretaria Municipal de Meio**

**Ambiente**, em terreno próprio, na Rodovia ES-162, KM 07, localidade de Santana Feliz, Presidente Kennedy-ES.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Meio Ambiente	Wagner Porto Viana

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021.

Para a presente contratação será elaborado ainda o Termo de referência com elementos necessários e suficientes, com devido nível adequado para definir e esclarecer detalhes da obra, assegurando viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

#### 4.1- REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: Secretaria Municipal de Meio ambiente, Rodovia ES 162, KM 07, S/N Santana Feliz, Presidente Kennedy-ES;
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para execução de serviços de construção de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com

características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;

h) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto de maior relevância a ser contratado;

i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

j) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

#### 4.2 – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

#### 4.3 – REQUISITOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

## 5. Levantamento de Mercado

Levando-se em conta a característica do objeto a ser contratado, entende-se que não se aplica para este tipo de contratação, acontecendo com a execução indireta da seguinte forma:

### 5.1- Da modalidade CONCORRÊNCIA

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital. A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n.227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de reforma predial de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia.

A contratação em tela busca a execução de construção de nova sede/instalação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Presidente Kennedy-ES. O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica OT-IBR 002/2009 define obra como:

**Obra** de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal n.5.194/66.

Como se verifica, o objeto da presente contratação caracteriza-se como construção de obra de engenharia e arquitetura, pois a sua execução acarretará em alteração significativa do espaço, de modo que a modalidade adequada para o processamento da Concorrência é por meio **ELETRÔNICA**.

### 5.2- Critério de Julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a Concorrência para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de **MENOR PREÇO**.

### 5.3- Do regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”

A escolha pelo regime de execução **por empreitada por preço unitário** é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 – TCU e se justifica por se tratar de uma obra, cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21 e seguindo a orientação consubstanciada no Acórdão 1.977/2013 no qual a Corte de Contas entendeu:

Segundo a Lei de Licitações e Contratos, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão[...] A remuneração da CONTRATADA, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária da obra. Assim, o acompanhamento do empreendimento torna-se mais difícil e detalhado, já que se faz necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados. Nesse caso, o contratado se obriga a executar cada unidade de serviço previamente definido por um determinado preço acordado. O construtor contrata apenas o preço unitário de cada serviço, recebendo pelas quantidades efetivamente executadas[...] A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica no regime de empreitada por preço unitário do que em contratos a preços globais, visto que as quantidades medidas no campo devem ser exatas, pois corresponderão, de fato, às quantidades a serem pagas. Portanto, as equipes de medição do

proprietário devem ser mais cuidadosas e precisas em seus trabalhos, porque as quantidades medidas definirão o valor real do projeto.

Trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar a obra descrita nos parâmetros estabelecidos no Memorial Descritivo e Projetos Executivos e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE.

Ressalta-se que para a obra objeto desta contratação o empreiteiro contribuirá com o seu trabalho e os materiais necessários a execução da obra. Nos instrumentos que compõe esta contratação constaram, a previsão de obrigação de resultado, no qual a CONTRATADA se comprometerá a entregar a obra nos moldes estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo

fornecer os materiais, equipamentos e demais itens que se fizerem necessários a execução, assim como assumir a responsabilidade pelos riscos até o momento da entrega da obra.

O contrato será executado mediante a realização dos projetos previstos no projeto executivo anexo ao edital, no qual a CONTRATADA deverá dispor de materiais e mão de obra suficiente a perfeita realização do empreendimento, devendo a vencedora observar as regras e obrigações contratuais dispostas no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

Cabe ressaltar que, apesar da prestação contínua dos serviços até o adimplemento do contrato, não haverá previsão de dedicação de mão de obra exclusiva, devendo a CONTRATADA decidir e dispor do quantitativo que julgar suficiente a execução do cronograma previsto para a contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

Atualmente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Presidente Kennedy-ES, conta com inúmeros serviços e projetos que atendem a toda a população local. Através de seus projetos, disponibiliza de mão de obra especializada e insumos para oferecer uma melhor qualidade dos serviços prestados.

Com uma equipe multidisciplinar, o quadro técnico da pasta segue em constante crescimento para que sejam atendidos à todas especificações e necessidades que o município tem junto ao seu enorme compromisso ambiental.

Diante desta situação e da importância de proporcionar um serviço ambiental de excelência no Município de Presidente Kennedy, se faz necessária a contratação de uma empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.**

Para a obra da nova sede da secretaria de meio ambiente do município utilizará área já disponível e não será necessário desapropriar ou adquirir um novo terreno.

A obra terá no total a capacidade de atender munícipes, com instalação moderna contemplando novos setores, sala de equipe técnica para a engenharia, sala para fiscais ambientais, sala de técnicos ambientais, sala para atender parcerias (PROEZAN), sala específica para secretário e subsecretário, sala de educação ambiental, sala de reunião, departamento de almoxarifado, banheiros adaptados, local apropriado para a alimentação da equipe, sala de espera e recepção, auditório, local apropriado para arquivo e TI, Foyer e cozinha.

A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em memorial descritivo que deverão prever, inicialmente, os seguintes serviços:

- Movimentação de terra e contenções;
- Estruturas de concreto armado;
- Execução de fôrmas, escoramentos e armaduras;
- Utilização de concreto usinado e aditivos;
- Impermeabilizações;
- Execução de alvenaria de vedação;
- Vergas e contra-vergas;
- Chapisco e roboco de paredes;
- Contrapiso e juntas de dilatação;
- Instalações elétricas, hidráulicas, combate incêndio e SPDA;
- Revestimentos cerâmicos;
- Pinturas de parede;
- Esquadrias de madeira e alumínio;
- Soleiras/rodapés/pingadeiras;
- Bancadas, lavatórios, cubas e cabines;
- Instalação de louças, metais e acessórios;
- Execução de cobertura e estrutura de telhado;
- Construção de guarita e marquises;
- Paisagismo e canteiros.

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Memorial Descritivo e Termo de Referência.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A demanda prevista foi resultado de necessidades estabelecidas, vistoria prévia técnica no local da obra, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

Tais quantidades estão explícitas nos documentos supracitados e entregues em anexo pela empresa “SERPENGE”, prestadora de Serviços para a Secretaria Municipal de Obras e Habitação do Município de Presidente Kennedy-ES (SEMOBH).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.338.274,44

O valor estimado foi retirado do anexo de “Orçamentos e Quantidades” da planilha confeccionada pela empresa “SERPENGE”, prestadora de Serviços para a Secretaria Municipal de Obras e Habitação do Município de Presidente Kennedy-ES (SEMOBH)

A partir dos quantitativos obtidos nos levantamentos e projetos efetuados e com o valor do preço de cada serviço, foi elaborada a planilha de orçamento das Obras. A discriminação e forma de remuneração dos serviços executados são aquelas utilizadas na praxe de obras de edificações e estão em conformidade com os critérios utilizados pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e pela Secretaria Municipal de Obras e Habitação.

De acordo com a Resolução TC nº329, de 24 de Setembro 2019 (atualizada pela Resolução TC nº366, de 22 de novembro de 2022) – Tribunal de Contas do Espírito Santo, resolveu que os preços unitários utilizados para elaboração da planilha orçamentária serão obtidos através das planilhas referenciais do DER-ES Edificações, SINAPI e de referenciais complementares. Utilizou-se a metodologia não desonerada dos referenciais pois traz mais economicidade ao orçamento final. Dessa forma, os custos foram obtidos nas seguintes publicações:

REF: DER-ES EDIF. (jan-24). SICRO (jan-24). SINAPI (jan-24). SCO-RIO (jan-24). ORSE (jan24). Data Base: jan-24

Além disso, foram elaboradas composições de custos desenvolvidas pela Consultora na execução de serviços que não constavam nas publicações anteriormente mencionadas.

Vale ressaltar que o valor está em desconformidade em relação ao apresentado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) Nº 17/2023. Fato justificado pela imprevisibilidade, haja visto que os projetos e documentos constantes da planilha ainda não haviam sido entregues pelos responsáveis e os valores são atualizados mediante alterações de base das publicações utilizadas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completitude do projeto e a sua média complexidade.

A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.



## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No endereço eletrônico referente a licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy é possível verificar diversas contratações de obras e serviços de engenharia de reforma e ampliação, demonstrando que se trata de uma prática ordinária da administração.

Porém, não existem no momento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O planejamento da contratação está explícita no Plano de Contratação Anual (PCA) 2024 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Presidente Kennedy-ES (SEMMA/PK).

As despesas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**PROJETO / ATIVIDADE - 012001.185720362.119 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 44905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES – FONTE DE RECURSO : 1720000000000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE ROYALTIS DO PETRÓLEO. - F/S: FISCAL - FICHA: 0000201.**

## 12. Do Seguro Garantia

A empresa vencedora do certame prestará garantia de contratação correspondente à importância de 5% (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, visando o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, devendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A empresa vencedora do certame, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, deverá prestar a garantia de contratação supracitada, sob pena de decair do direito à contratação, devendo encaminhá-la à Tesouraria deste Município, sendo que a Ordem de serviço só será emitida após tal comprovação.

No caso de acréscimo no valor contratual no decurso da execução contratual, a Contratada obriga-se a complementar, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia.

O Contratante poderá descontar do valor da garantia contratual importância que a qualquer título lhe for devida pela Contratada, observados para tanto o devido processo legal.

A garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do contrato tipificado pelo recebimento definitivo do objeto ora licitado, quando em dinheiro, atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 100 da Lei nº 14.133/21.

Dos licitantes cujo valor global da proposta for inferior a 85% (oitenta por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das

demais garantias exigíveis será necessário, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **13. Declaração de Vistoria Técnica**

As licitantes poderão visitar os locais onde serão executados os serviços, e se inteirar, sob sua exclusiva responsabilidade, avaliando problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

As licitantes que optarem em realizar a(s) visita(s) deverá(ão) previamente agendá-la(s) junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Presidente Kennedy-ES, a(s) qual(is) deverá(ão) ser realizada(s) em horário comercial e em dias úteis.

Os custos da(s) visita(s) ao(s) local(is) onde será executada a obra correrão por exclusiva conta da licitante.

Como comprovação da(s) visita(s) ao(s) local(is) ou como conhecimento onde será executada a obra, a licitante deverá apresentar declaração de que visitou ou conhece a(s) área(s) indicada(s), conforme modelo disponibilizado em edita, que deverá fazer parte da documentação de Habilitação.

### **14. Do Prazo**

O prazo máximo para execução e conclusão da obra é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, sendo que a obra deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis, ambos os prazos serão contados a partir da data expressa na Ordem de Serviço Inicial.

### **15. Da Participação de Consórcios**

Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

### **16. Da Subcontratação**

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de

empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

## **17. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Assegurar que as intervenções proporcionem um espaço adequado a execução das atividades laborais na secretaria, de modo que os ambientes possuam conforto aos servidores, resultando no trabalho eficiente, atendendo as metas da SEMMA/PK, possibilitando a prestação dos serviços públicos de forma segura.

A obra em questão deverá prezar pela concepção de um bom edifício público, garantindo ótimo desempenho da construção e sua integridade física, evitando desperdícios, além de preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros do erário.

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Memoriais.

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras de construção, de acordo com o Memorial Descritivo, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior, já empregado nas edificações públicas locais.

A solução para construção da nova sede engloba etapas acima mencionadas, de modo a garantir um amplo espaço, deixá-lo em condições modernas de maneira a atender os padrões de acessibilidade ao público.

## **18. Possíveis Impactos Ambientais**

No descarte das embalagens poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja uma gestão de resíduos de canteiro de obras consistente por parte da Contratada. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – ABNT NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Todos os resíduos sólidos gerados durante as obras deverão ser gerenciados conforme Resolução Conama nº 307 de 05/07/2002, ficando os documentos comprobatórios de destinação final adequada, dos mesmos, mantidos em arquivo no canteiro de obras; sendo apresentados em caso de solicitação do órgão ambiental. Enviar relatório de resíduos (quantidade, classificação e destinação) ao final da obra. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS);

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com

menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

Implantar medidas de controle quanto à emissão de gases e ruídos de equipamentos, máquinas e veículos e geração de material particulado, garantindo a eficiência necessária para que não sejam causados transtornos à população local, próxima do empreendimento; realizar uma inspeção periódica da área de intervenção; Todos os equipamentos móveis empregados para a execução da presente obra, deverão ser devidamente identificados, conforme modelo padrão PMPK, com as dimensões mínimas de 40 cm x 30 cm.

Os caminhões empregados no transporte de material, deverão utilizar lonas para evitar emissões de particulados; os materiais minerais (areia, pedra, etc) que serão utilizados na execução das obras, devem ser adquiridos de fornecedores que contenham Licença Ambiental vigente. As notas fiscais correspondentes a estes materiais devem ser arquivadas pela empresa, caso o órgão ambiental solicite as mesmas.

## **19. Possíveis Impactos Ambientais**

No descarte das embalagens poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja uma gestão de resíduos de canteiro de obras consistente por parte da Contratada. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – ABNT NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Deverá ser elaborado, por parte da Contratada, Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe. Todos os resíduos sólidos gerados durante as obras deverão ser gerenciados conforme Resolução Conama nº 307 de 05 /07/2002, ficando os documentos comprobatórios de destinação final adequada, dos mesmos, mantidos em arquivo no canteiro de obras; sendo apresentados em caso de solicitação do órgão ambiental.

Enviar relatório de resíduos (quantidade, classificação e destinação) ao final da obra. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS);

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

Implantar medidas de controle quanto à emissão de gases e ruídos de equipamentos, máquinas e veículos e geração de material particulado, garantindo a eficiência necessária para que não sejam causados transtornos à população local, próxima do empreendimento; realizar uma inspeção periódica da área de intervenção; Todos os equipamentos móveis empregados para a execução da presente obra, deverão ser devidamente identificados, conforme modelo padrão PMPK, com as dimensões mínimas de 40 cm x 30 cm.

Os caminhões empregados no transporte de material, deverão utilizar lonas para evitar emissões de particulados; os materiais minerais (areia, pedra, etc) que serão utilizados na execução das obras, devem ser adquiridos de fornecedores que contenham Licença Ambiental vigente. As notas fiscais correspondentes a estes materiais devem ser arquivadas pela empresa, caso o órgão ambiental solicite as mesmas.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PABLO FRICKS VIEIRA**

Engenheiro Civil



Assinou eletronicamente em 27/05/2024 às 16:28:04.

## 21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 21.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. A SEMMA/PK não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra de CONSTRUÇÃO elaborado para a unidade, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de um edifício para melhor atender os princípios institucionais da Secretaria.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa de engenharia civil para construção da nova sede

da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Concorrência.